
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

45ª ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Data: 01/04/2015 – 9:00 horas



CIA. CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO- CASAN

Companhia de Capital Aberto

CNPJ 82.508.433/0001-17

Rua Emílio Blun, 83 – Centro

CEP 88020-010, Florianópolis, SC

**CIA. CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO-CASAN
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A 45ª ASSEMBLÉIA
GERAL ORDINÁRIA DIA 01/04/2015 às 9:00 horas**

Comunicamos aos Senhores Acionistas e ao mercado em geral que será submetido à apreciação de seus Acionistas, na 45ª Assembleia Geral Ordinária que realizar-se-á em 01 de abril de 2015, às 9:00 horas, na sede social da Empresa, na rua Emilio Blum, 83, Centro, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, a Proposta da Administração com a seguinte Ordem do Dia: - a) Apreciação das Contas dos Administradores e Demonstrações Financeiras instruídas com os pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Externos, relativas ao exercício de 2014, em conformidade com o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e correspondentes Notas Explicativas; b) Eleição dos membros do Conselho Fiscal; c) Fixação dos honorários dos administradores e dos membros titulares do Conselho Fiscal; d) Destinação dos Resultados.

**EM ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA:
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS DO
EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2014:**

De acordo com o que estabelece a Instrução CVM nº 481/2009 em seu artigo 9º e visando disponibilizar aos acionistas as informações necessárias para as Deliberações relativamente a Destinação dos Resultados, informamos a destinação do lucro do exercício:

Destinações do Lucro: R\$ 74.733.808,15

1. Reserva Legal: R\$ 3.736.690,41
2. Dividendos (acionistas): R\$ 16.817.672,73
3. Reserva de Lucros a Realizar: R\$ 50.453.018,20
4. Realização de Reserva da Reavaliação: R\$ 3.726.426,81

1) Reserva legal:

Constituída no valor de R\$ 3.736.690,41 em conformidade com a Lei das Sociedades por ações e do Estatuto Social, correspondente a 5% (cinco por cento) do lucro do exercício. A reserva legal somente poderá ser utilizada para

aumento de capital ou para compensação de prejuízos. O saldo em 31/12/2014 é de R\$ 9.965.690,93

2) Dividendos (acionistas):

O Estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) destinados aos acionistas, na proporção das ações que os mesmos possuírem, e prevê ainda em seu art. 7º §2º que cada ação preferencial, tem o direito ao recebimento de dividendo 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária, bem como, a distribuição de quaisquer outros proventos em igualdade de condições com as ações ordinárias. Sendo assim, deverá ser considerado para pagamento como dividendo integral do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014, o valor de R\$ 0,02239820 por cada ação ON e R\$ 0,02463802 para cada ação PN.

Considerando o volume de Investimentos previstos para os próximos anos, o Conselho de Administração vem propor, que os valores a serem recebidos a título de dividendos pelos acionistas (Governo do Estado, Celesc, SCPar e Codesc), sejam fixados em 25% (vinte cinco por cento) correspondente a R\$ 1.584.522,75 do incremento no fluxo de caixa do exercício de 2014, que foi da ordem de R\$ 6.338.091,00.

Do valor total dos dividendos de R\$ 16.817.672,73 serão deduzidos R\$ 1.584.522,75, e o saldo de R\$ 15.233.149,98 será revertido para futuro aumento do capital social da Companhia.

3) Reserva para o Plano de Investimentos:

A Administração propõe, sujeito à posterior aprovação da Assembléia dos Acionistas, a destinação de R\$ 50.453.018,20 dos lucros do exercício para compor a Reserva destinada ao Plano de Investimentos em projetos de construção e expansão dos sistemas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, conforme estabelecido nos planos de Investimentos da Companhia. O saldo deste fundo em 31/12/2014 é de R\$ 135.018.183,82

4) Participação para os Administradores (Participação Estatutária)

Não haverá distribuição de valores para participação nos lucros do exercício aos administradores da Companhia.

ANEXO 9-1-II – DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO:

1. Informar o lucro Líquido do Exercício:

O montante do Lucro líquido do Exercício é de R\$ 74.733.808,15

2. Informar o Montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- O montante global dos dividendos é de R\$ 16.817.672,73 e o valor dos dividendos por ações é de: ON = R\$ 0,02239820 e PN = R\$ 0,02463802;

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído:

- O Percentual do lucro líquido do exercício a ser distribuído é de 25%;

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores:

- Não se aplica;

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

- a. O Valor bruto do dividendo e dos juros sobre o capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe é ON = R\$ 8.008.415,59 e PN = R\$ 8.809.257,14;
- b. A forma de pagamento é a vista e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio é de 60 (sessenta) dias a contar da data da AGO;
- c. Eventual incidência de atualização de juros sobre os dividendos e juros sobre o capital próprio não se aplica na Empresa;
- d. A Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento será o dia 01 de abril de 2.015.

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores.

- Não se aplica;

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a. Lucro Líquido do Exercício e dos três últimos exercícios anteriores:

Ano	Valor R\$ 1,00
2011	7.903.625
2012	21.418.024
2013	41.584.230
2014	74.733.808

b. Dividendo e juro sobre capital próprio nos 3 (três) exercícios anteriores:

Ano	PN - Valor R\$ 1,00	ON - Valor R\$ 1,00
2011	1.273.410	1.157.646
2012	3.026.969	2.751.790
2013	5.570.496	5.064.087
2014	8.809.257	8.008.415

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

a. Identificar o montante destinado a reserva legal:

O montante destinado a reserva legal é de R\$ 3.736.690,41

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal:

A reserva legal é calculada aplicando-se o percentual de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício;

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

a) Descrever a forma de cálculo dos dividendos fixos e mínimos

O estatuto da Companhia prevê a distribuição de dividendos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) destinados aos acionistas, na proporção das ações que os mesmos possuírem, prevê ainda em seu art. 7º §2º que cada ação preferencial, tem o direito ao recebimento de dividendo de 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária, bem como, a distribuição de quaisquer outros proventos em igualdade de condições com as ações ordinárias;

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos.

Sim, o lucro do exercício é suficiente;

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa.

Não se aplica;

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais.

Não se aplica;

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe.

Não se aplica.

10. Em relação ao dividendos obrigatório

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto:

Conforme alínea a do Art. 41º do Estatuto Social da Cia., os lucros líquidos apurados, além do previsto nos artigos 192 a 203 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, será de 25% (vinte e cinco por cento) destinados aos acionistas, como dividendos, na proporção das ações que os mesmos possuírem;

Conforme § 2º do Art. 7º - do Estatuto social da Cia., cada ação preferencial sem direito a voto, corresponderá às seguintes preferências: (a) direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária; (b) distribuição de quaisquer outros proventos em igualdade de condições com as ações ordinárias, e (c) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio;

b) Informar se ele está sendo pago integralmente:

De acordo com a proposta do Conselho de Administração a ser submetida em AGO, o pagamento será correspondente a 25% de R\$ 6.338.091 que foi o incremento do fluxo de caixa no exercício.

c) Informar o montante eventualmente retido:

Não houve retenção de dividendos.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da Cia.:

Não se aplica.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:

Não se aplica.

13. Havendo destinação de resultados para reserva de lucros a realizar:

a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar:

O valor destinado à reserva é de R\$ 50.453.018,20

b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deu origem a reserva.

Parte do lucro do exercício e parte da realização da reserva de reavaliação

Não se aplica

14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:

Não se aplica.

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:

Não se aplica.

16. Havendo destinação de resultados para reserva de incentivos fiscais.

Não se aplica.

INFORMAÇÃO PREVISTA NO ART. 10 DA IN 481/09 ELEIÇÃO DO CONSELHO FISCAL.

O Conselho Fiscal da Companhia é constituído por cinco membros efetivos e cinco membros suplentes, eleitos quando da realização da AGO e com mandato de duração de um ano, sendo que os mesmos são indicados no dia da realização da AGO pelo acionista Majoritário (Estado de Santa Catarina pelo seu representante – Sr. Governador), desta forma estamos impossibilitados de informar previamente os nomes e as informações dos mesmos.

COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA:

De acordo com o que estabelece a Instrução CVM nº 481/2009 em seu artigo 9º Item III e visando disponibilizar aos acionistas as informações necessárias para as suas deliberações, informamos:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais.

O resultado do exercício vem demonstrar o potencial da companhia, que gradativamente, e de forma sustentável, conseguiu se colocar entre as principais empresas do segmento, auferindo no exercício um lucro líquido de R\$ 74,7 milhões.

10.1-a Demonstramos a seguir os principais indicadores dos últimos oito anos.

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Ativo Total (AT)	1.383.808	1.446.722	1.606.574	1.721.817	2.288.511	2.247.279	2.328.908	2.408.156
Patrimônio Líquido (PL)	788.034	989.918	1.018.276	1.003.738	1.277.898	1.236.642	1.220.275	1.278.376
Receita Operacional Líquida (ROL)	379.319	415.968	466.326	489.036	539.155	610.342	659.952	744.696
Lucro Líquido (LL)	54.431	18.117	32.515	-11.477	7.904	21.418	41.584	74.734
Endividamento Geral (PC + ELP)/AT	0,43	0,32	0,37	0,42	0,44	0,44	0,47	0,46
Ebtida	144.911	78.824	90.508	27.498	75.903	117.888	165.839	260.552
Ebit	113.711	45.918	56.260	-11.512	37.748	56.640	102.373	198.815
Geração de Caixa	142.597	201.916	116.539	30.241	59.798	118.260	167.438	199.790
Endividamento Financeiro (EF/AT)	0,09	0,09	0,14	0,12	0,11	0,11	0,14	0,20
Endividamento Curto Prazo (EFCP/EFT)	0,28	0,30	0,12	0,13	0,42	0,45	0,29	0,08
Margem Bruta (LB/ROL)	40,30%	30,00%	66,20%	67,07%	66,98%	62,33%	62,09%	62,00%
Margem Operacional (LO/ROL)	13,50%	7,20%	7,60%	-7,87%	1,66%	4,10%	10,06%	17,54%
Margem Líquida (LL/PL)	14,30%	4,40%	7,00%	-2,35%	1,47%	3,51%	6,30%	10,04%
Rentabilidade Patrimonial (LL/PL)	6,90%	1,80%	3,20%	-1,13%	0,61%	1,71%	3,36%	5,76%
Liquidez Geral (AC+RLP)/(PC+ELP)	0,73	0,98	1,02	0,94	0,54	0,49	0,49	0,47
Liquidez Corrente (AC/PC)	0,52	1,02	1,37	1,73	1,23	1,07	1,34	1,75
Impostos/Receita Bruta*	13,80%	12,20%	12,70%	11,30%	9,47%	11,45%	12,67%	11,15%

* Impostos = PASEP+COFINS+IR+CSLL

Obs.: Para fins de análise de Balanço, a Receita Diferida (o antigo resultado de exercícios futuros) deve ser retirada do

Passivo não Circulante e considerada junto ao Patrimônio Líquido.

Fonte: Balanços Contábeis e Demonstrativos de Resultados - DF/GCT

b) estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i) hipóteses de resgate

ii) fórmula de cálculo do valor de resgate.

Não há hipótese de resgate de ações ou quotas, nem fórmula de cálculo.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Os Diretores da CASAN, com base em análise de seus indicadores de desempenho e de sua geração operacional de caixa, entendem e pelo presente manifestam que a CASAN tem condições para honrar suas obrigações de curto e médio prazo.

A tabela abaixo indica a evolução da relação Dívida Líquida/EBITDA nos três últimos exercícios sociais:

10.1 - c - Relação Dívida Líquida / Ebitda				
Em milhões R\$	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014
Dívida total	258.622	237.861	330.143	489.636
Caixa e aplicações financeiras	72.345	34.710	120.673	130.318
Dívida Líquida	186.277	203.151	209.470	359.318
EBITDA	75.903	117.888	165.839	260.552
Índice Dívida Total/EBITDA	3,41	2,02	1,99	1,88
Índice Dívida Líquida/EBITDA	2,45	1,72	1,26	1,38
Obs.: Foram desconsideradas as partes relacionadas para o cálculo das dívidas.				
GCF/Dipro				

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas.

As principais fontes de financiamentos para investimentos e capital de giro são a Caixa Econômica Federal, Banco Prósper, International Finance Corporation – IFC e KFW.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Não há pretensão de financiamento para cobertura de deficiências de liquidez. Se houver necessidade momentânea ela poderá ser feita com antecipação do “float” da arrecadação nos agentes credenciados.

**f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:
i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes.**

Os contratos de empréstimos e financiamentos firmados pela Casan são compatíveis com os resultados das atividades e com a sua geração de caixa, estando absolutamente em dia com as obrigações assumidas nesses contratos.

	Passivo Circulante			Passivo não Circulante			encargos anuais ponderados
	2014	2013	2012	2014	2013	2012	
<u>Operações no Exterior:</u>							
International Finance Corporation - IFC	0	8.070	8.166	0	20.957	29.383	IPCA a.a fixo 7,60% + tx juros a.a
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD				80.675	80.662		IPCA a.a fixo 6,60% + tx juros a.a
Japan International Cooperation Agency - JICA				23.510	14.648	4.802	
Kreditanstalt Wiederaufb. KFW	1.115	1.120	935	1.112	2.210	2.767	4,5% var.
	1.115	9.190	9.101	105.297	118.477	36.952	Cambial
<u>Operações no país:</u>							
Caixa Econômica Federal - CEF- Obras	1.197	10.659	10.465	50.876	32.394	32.133	9,87% + TR
Caixa Econômica Federal - CEF- Capital de Giro	0	10.000		0	6.463		
Banco Industrial e Comercial - BIC	0	30.000					IPCA 12%a.a
PETROS	10.000	10.000		5.834	15.834		IPCA 12%a.a
POSTALIS	20.000	20.000		32.500	52.500		IPCA 12%a.a
Prosper	520	520		520	1.040		IPCA 12% a.a
FINEP	2.600	2.600		2.383	4.983		IPCA 12% a.a
CEB	1.880	1.880	87.500	1.723	3.603	61.710	IPCA 12% a.a
FIDC	3.191	0	0	250.000	0		
Total Operações País	39.388	85.659	97.965	343.836	116.817	93.843	
	<u>40.503</u>	<u>94.849</u>	<u>107.066</u>	<u>449.133</u>	<u>235.294</u>	<u>130.795</u>	

Fonte: GCT

a) Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira foram convertidos para reais, mediante a utilização das taxas de câmbio vigentes na data das informações trimestrais, 1 Euro equivalente a R\$ 3,227 em 31 de dezembro de 2014 e 1 lene equivalente a R\$ 0,02223 em 31 de dezembro de 2014.

b) Em 31 de dezembro de 2014, os empréstimos e financiamentos estavam garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia e tem seus vencimentos em até 2035;

Banco Kreditanstalt Wiederaufbau - KFW

A Companhia firmou em 18 de outubro de 1996, um contrato de abertura de crédito para aquisição de equipamentos com o banco alemão Kreditanstalt Für Wiederaufbau (KFW), no valor de DM 10.000, com juros de 4,5% ao ano a serem pagos semestralmente, juntamente com a amortização do principal nos meses de junho a dezembro, com vencimento final em dezembro de 2016.

Caixa Econômica Federal

Os financiamentos obtidos da Caixa Econômica Federal - CEF refere-se a diversas linhas de crédito para investimentos em obras de saneamento básico.

O valor principal dos contratos e os encargos são pagos em bases mensais. Os contratos firmados têm carência de 14 a 26 meses para pagamento do principal. Os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal são garantidos, pelas receitas tarifárias da Companhia.

Banco Prosper

Em julho de 2009, a Companhia firmou contrato com o Banco PROSPER, com prazo de carência de 02 anos e prazo total de 07 anos e tendo custo efetivo o IPCA + 12% ao ano. Como garantia foi fornecida cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de saneamento realizadas pelo emitente, arrecadados pelo Banco do Brasil.

FIDC

O fundo foi constituído em 30/05/2014 como condomínio fechado, com prazo de 120 meses, contados a partir da primeira subscrição de cotas. Sua estrutura de capital é composta de duas classes de cotas: uma série de cotas seniores e uma de cotas subordinadas. A administração é feita pela Caixa, que também é o agente de centralização dos pagamentos dos direitos creditórios. O custodiante é o Banco do Brasil S.A. (BB), que atua como fiel depositário dos documentos relacionados aos direitos creditórios cedidos e pertencentes ao fundo. A troca de informações entre os bancos arrecadadores e o BB ocorrerá por meio da empresa de tecnologia GXS Tecnologia contratada pelo fundo.

A série sênior foi emitida no montante de BRL 250 milhões, corrigido monetariamente, em bases mensais, pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). A remuneração é de 9,0% ao ano. Os pagamentos de juros ocorrem mensalmente, sem carência. As amortizações de principal também acontecerão todo mês, após carência de 36 meses.

As cotas subordinadas, no montante nominal de até BRL 7,5 milhões, foram subscritas e integralizadas pela Casan. Seu montante deverá ser sempre de, ao menos, 3% o valor das cotas seniores. As cotas subordinadas não poderão ser amortizadas durante a vida do fundo e somente poderão ser resgatadas após o resgate integral das cotas seniores.

ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

Não há outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

iii) grau de subordinação entre as dívidas após 31/12/2014					
FONTE RECURSO	Inferior a 1 ano (2015)	Superior a 1 ano e inferior a 3 anos (2016 e 2017)	Superior a 3 ano e inferior a 5 anos (2018 e 2019)	Superior a 5 anos (2020 em diante)	TOTAL
CEF	1.197.567,22	3.477.037,04	3.788.428,16	43.610.873,79	52.073.906,21
GOV DO ESTADO	12.123.024,27	24.243.604,80	24.243.604,80	44.896.371,59	105.506.605,46
KfW	1.102.159,20	1.102.158,91	-	-	2.204.318,10
BANCO PROSPER	35.000.000,00	42.960.000,00	-	-	77.960.000,00
JICA - Consultoria	-	2.526.439,50	5.051.545,20	15.931.986,19	23.509.970,89
AFD*	-	4.033.750,00	16.135.000,00	60.506.250,00	80.675.000,00
FIDC	-	17.857.142,86	71.428.571,43	160.714.285,71	250.000.000,00
TOTAL	49.422.750,69	96.200.133,10	120.647.149,59	325.659.767,29	591.929.800,67
Fonte:	GFI				

iv) eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.

Contrato:

Financiamento de abertura de Crédito nº 08.2.0523.1.

Agente Financiador:

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Partes:

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

Data:

04.07.2008

Em 04 de agosto de 2010, realizou-se operação de crédito para a assunção de obrigações assumidas pela companhia junto ao referido banco, com a interveniência do estado de Santa Catarina. Assim, quando da liquidação de cada parcela de amortização do principal, dos juros e dos encargos decorrentes da operação, a companhia ressarcirá o estado de Santa Catarina de todos os valores relativos à assunção das obrigações.

Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:

Não há

Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Ativos:

Não Há

Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Controle Societário:

Não Há

Contrato: 92.65588

Agente Financiador:

Banco Alemão – KFW – Kreditanstalt Fur Wiederaufbau.

Partes:

Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN e Banco Alemão – KFW – Kreditanstalt Fur Wiederaufbau.

Data:

18/10/1996

Restrições quanto a Limites de Endividamento e Contratação de novas dívidas:

Não há.

Restrições quanto a Distribuição de Dividendos:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Ativos:

Não há.

Restrições quanto a Emissão de novos valores mobiliários:

Não há.

Restrições quanto a Alienação de Controle Societário:

Não há.

c) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Agente Financeiro	Contratos	Valor do contrato	Desembolsos Realizados		Saldo a Desembolsar	
			Total	%	Total	%
Partes Relacionadas Governo do Estado	PAC I - Programa de Aceleração do Crescimento, destinados a execução de obras e serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário	150.475.807,16	132.110.976,45	87,80%	18.364.830,71	12,20%
AFD	Agence Française e Developpement	321.914.080,54	80.675.000,00	25,06%	241.239.080,54	74,94%
* JICA	BZ-P16 - Programa de Saneamento Ambiental do Estado de Santa Catarina	320.689.980,00	23.509.970,91	7,33%	297.180.009,09	92,67%
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	SES Laguna	25.842.709,36	16.272.054,60	62,97%	9.570.654,76	37,03%
	ETA Morro dos Quadros	12.451.735,68	4.518.462,10	36,29%	7.933.273,59	63,71%
	SAA Adutora Itacorubi	12.627.661,67	5.543.866,36	43,90%	7.083.795,31	56,10%
	Ampliação SIA Criciúma (Projeto)	1.036.600,00	164.373,79	15,86%	872.226,21	84,14%
	SES Bacias Urbanas S.José (Projeto)	1.036.600,00	623.333,07	60,13%	413.266,93	39,87%
	SES Criciúma Próspera	45.298.845,00	14.906.740,41	32,91%	30.392.104,59	67,09%
	SES Fpolis Continente	12.298.596,02	5.619.758,82	45,69%	6.678.837,21	54,31%
	SES Biguaçu	37.337.053,71	20.202,45	0,05%	37.316.851,26	99,95%
	SES Concórdia	23.929.436,00	3.297,26	0,01%	23.926.138,74	99,99%
	SES Rio do Sul	70.824.613,69	7.885,17	0,01%	70.816.728,52	99,99%
	SIA Gde Fpolis AD. 1200	9.934.997,40	4.203.791,87	42,31%	5.731.205,53	57,69%
	SES Fpolis Norte da Ilha	8.582.750,65	360.326,03	4,20%	8.222.424,62	95,80%
	SES São José Dvs Bairros	4.145.455,28	225.250,32	5,43%	3.920.204,96	94,57%
	Melh. Distr. Água São José	6.102.611,86	12.080,04	0,20%	6.090.531,82	99,80%
	SES SJ Roçado e Bela Vista	4.833.181,94	2.224,50	0,05%	4.830.957,44	99,95%
	SES ARAQUARI (CENTRO)	6.566.297,89	1.805,00	0,03%	6.564.492,89	99,97%
	SES ARAQUARI (ITINGA)	14.255.935,21	902,50	0,01%	14.255.032,71	99,99%
SES LAURO MULLER	12.803.557,00	1.805,00	0,01%	12.801.752,00	99,99%	
SES FORQUILHINHA	17.936.164,35	3.610,00	0,02%	17.932.554,35	99,98%	
SAA COSTA NORTE	55.558.775,67	-	0,00%	55.558.775,67	100,00%	
TOTAL		1.176.483.446,10	288.787.716,64	24,55%	887.695.729,46	75,45%

Fonte:

GFI

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Principais variações nas contas patrimoniais de 31/12/2014 em relação à 31/12/2013:

10.1 - h - Principais Variações das Contas Patrimoniais					
Item	2013	AV	2014	AV	AH
Disponibilidades	18.785.828	0,81%	25.123.919	1,08%	33,74%
Titulos e valores mobiliários	101.886.703	4,37%	105.193.847	4,52%	3,25%
Contas a receber de clientes	125.925.767	5,41%	133.759.188	5,74%	6,22%
Partes Relacionadas	8.863.630	0,38%	9.776.282	0,42%	10,30%
Estoques	29.050.678	1,25%	28.434.100	1,22%	-2,12%
Outros	61.347.398	2,63%	60.347.171	2,59%	-1,63%
Ativo Circulante	345.860.004	14,85%	362.634.507	15,57%	4,85%
Titulos e valores mobiliários			19.387.323	0,83%	
Contas a receber de clientes	6.734.670	0,29%	6.517.391	0,28%	-3,23%
Depósitos Judiciais	84.376.859	3,62%	69.216.533	2,97%	-17,97%
Ativo fiscal diferido	74.254.143	3,19%	27.989.147	1,20%	-62,31%
Ativos Financeiros	22.095.737	0,95%	31.633.096	1,36%	43,16%
Ativo Realizavel a longo Prazo	187.461.409	8,05%	154.743.490	6,64%	-17,45%
Investimentos	303.589	0,01%	303.589	0,01%	0,00%
Imobilizado	28.897.486	1,24%	30.714.398	1,32%	6,29%
Obras em Andamento	262.101.286	11,25%	419.988.077	18,03%	60,24%
Intangível	1.504.284.404	64,59%	1.439.771.841	61,82%	-4,29%
Ativo Permanente	1.795.586.765	77,10%	1.890.777.905	81,19%	5,30%
Ativo não circulante	1.983.048.174	85,15%	2.045.521.395	87,83%	3,15%
Ativo	2.328.908.178	100,00%	2.408.155.902	103,40%	3,40%
Empréstimos e financiamentos	94.848.790	4,07%	40.503.032	1,74%	-57,30%
Fornecedores e empreiteiros	22.965.516	0,99%	33.206.558	1,43%	44,59%
Partes Relacionadas	16.648.536	0,71%	20.945.149	0,90%	25,81%
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	39.420.470	1,69%	39.849.179	1,71%	1,09%
Plano de Demissão Voluntária Incentivada	14.583.178	0,63%	12.716.399	0,55%	-12,80%
Impostos e Contribuições à recolher	52.356.177	2,25%	36.832.436	1,58%	-29,65%
Dividendos Propostos	10.634.931	0,46%	16.817.673	0,72%	58,14%
Participação Estatutárias	26.369	0,00%	26.369	0,00%	0,00%
Outros	7.400.521	0,32%	5.965.100	0,26%	-19,40%
Passivo Circulante	258.884.488	11,12%	206.861.895	8,88%	-20,09%
Empréstimos e financiamentos	235.294.135	10,10%	449.132.915	19,29%	90,88%
Partes Relacionadas	77.905.435	3,35%	91.932.934	3,95%	18,01%
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	31.511.349	1,35%	20.981.526	0,90%	-33,42%
Impostos e Contribuições à recolher	64.308.619	2,76%	57.608.416	2,47%	-10,42%
Imposto de Renda e Cont. social diferidos	206.819.167	8,88%	200.563.839	8,61%	-3,02%
Provisão para contingências	138.875.979	5,96%	45.413.655	1,95%	-67,30%
Plano previdenciário e assistencial	76.946.638	3,30%	38.532.125	1,65%	-49,92%
Outros	115.941	0,00%	75.334	0,00%	-35,02%
Receita Diferida	17.970.968	0,77%	18.677.666	0,80%	3,93%
Passivo Não Circulante	849.748.231	36,49%	922.918.410	39,63%	8,61%
Capital Social	842.266.638	36,17%	842.266.638	36,17%	0,00%
Adiantamento p/ futuro aumento de capital	24.773.623	1,06%	35.407.842	1,52%	42,93%
Reserva de reavaliação	104.275.291	4,48%	100.806.930	4,33%	-3,33%
Ajuste Patrimonial	150.872.570	6,48%	147.617.141	6,34%	-2,16%
Reserva Legal	6.229.000	0,27%	9.965.691	0,43%	59,99%
Reserva p/Plano de Investimentos	7.293.171	0,31%	7.293.171	0,31%	0,00%
Reservas de lucros a realizar	84.565.166	3,63%	135.018.184	5,80%	59,66%
Patrimônio líquido	1.220.275.459	52,40%	1.278.375.597	54,89%	4,76%
Passivo	2.328.908.178	100,00%	2.408.155.902	103,40%	3,40%

Fonte: GCT

Ativo

Ativo Circulante:

O Ativo Circulante aumentou 4,85%, passando de R\$ 345,8 milhões em 31 de dezembro de 2013 para R\$ 362,6 milhões em 31 de dezembro de 2014. O acréscimo ocorreu nas Disponibilidades, que passou de R\$ 18,7 milhões em 2013 para R\$ 25,1 milhões em 31/12/2014. As Contas a Receber de Clientes também registraram acréscimo, e passaram de R\$ 125,9 milhões para R\$ 133,7 milhões, o mesmo acontecendo com as contas a receber de Partes Relacionadas, que passou de R\$ 8,8 milhões para 9,7 milhões no mesmo período.

Realizável à Longo Prazo:

O Ativo Realizável à Longo Prazo diminuiu em 17,45% na comparação entre 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2014, passando de R\$ 187,4 milhões para R\$ 154,7 milhões. O principal motivo para esta variação foi à expressiva baixa (62,31%) realizada no Ativo Fiscal Diferido, que passou de R\$ 74,2 milhões para R\$ 27,9 e na conta de Depósitos Judiciais, que reduziu de R\$ 84,3 milhões para 69,2 no período. A redução no Ativo Fiscal Diferido foi em decorrência da reversão de R\$ 100,0 milhões nas provisões para contingências cíveis. Com relação a conta de Depósitos Judiciais, a redução foi por encerramento de diversas ações contra a Companhia.

Permanente:

O Ativo Permanente apresentou uma variação 5,30%, passando de 1.795,5 para 1.890,7 bilhões. O crescimento de 60,24% na conta de Obras em Andamento foi praticamente responsável pelo aumento verificado no grupo da conta. O Intangível representa 61,82% do grupo Permanente. O incremento em Obras em Andamento foi motivado pelo início de novas obras durante o exercício de 2014.

Passivo

Circulante:

O Passivo Circulante diminuiu 20,09% no período, passando de R\$ 258,8 milhões em 2013 para R\$ 206,8 milhões em 31 de dezembro de 2014. As maiores reduções foram verificadas nas contas de Empréstimos e Financiamentos (-57,30%) e Impostos e Contribuições a Recolher (-29,65%).

Não Circulante ou Exigível à Longo Prazo:

O Passivo Não Circulante sofreu acréscimo de 8,61% no período, passando de R\$ 849,7 milhões em 31 de dezembro de 2013, para R\$ 922,9 milhões em 31 de dezembro de 2014. O principal aumento no grupo ocorreu na rubrica Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo (90,88%).

Patrimônio Líquido:

Em 31 de dezembro de 2014, o patrimônio líquido da CASAN, passou de R\$ 1.220,2 bilhões para R\$ 1.278,3 bilhões, valor este 4,76% maior em relação ao saldo existente em 31 de dezembro de 2013. As maiores variações foram verificadas nas contas de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, Reserva Legal e Reservas de Lucros a Realizar.

Condições Financeiras e Patrimoniais Gerais

Item	2013	2014	%	Varição
Tarifas de água	592.313	667.663	91,84%	112,72%
Tarifas de esgoto	119.934	134.288	18,47%	111,97%
Outras	14.767	18.224	2,51%	123,41%
Total [Receita Bruta]	727.014	820.175	112,81%	112,81%
Deduções da Receita	(67.062)	(75.479)	-9,20%	99,77%
Receita Operacional Líquida	659.952	744.696	90,80%	100,02%
Custo dos Serviços Prestados	(250.203)	(282.965)	-38,92%	113,09%
Lucro Bruto	409.749	461.731	63,51%	112,69%
Com vendas	(55.826)	(65.776)	-9,05%	117,82%
Gerais e Administrativas	(247.383)	(287.491)	-39,54%	116,21%
Fiscais e tributárias	(4.585)	(8.050)	-1,11%	175,57%
Total [Despesas Operacionais]	(307.794)	(361.317)	-49,70%	117,39%
Receitas operacionais	11.280	110.079	15,14%	975,88%
Despesas operacionais	(10.862)	(11.678)	-1,61%	107,51%
Total [Outras Receitas (Despesas) Operacionais]	418	98.401	13,53%	23540,91%
Lucro Operacional Antes do Resultado Financeiro	102.373	198.815	27,35%	194,21%
Receitas financeiras	10.612	18.887	2,60%	177,98%
Despesas financeiras	(46.584)	(87.070)	-11,98%	186,91%
Total [Resultado Financeiro]	(35.972)	(68.183)	-9,38%	189,54%
Lucro Operacional	66.401	130.632	17,97%	196,73%
Receitas não operacionais	956	118	0,02%	12,34%
Despesas não operacionais	(21)	(60)	-0,01%	285,71%
Total [Resultado não Operacional]	935	58	0,01%	6,20%
Lucro Antes do Imp. de Renda e Contr. Social	67.336	130.690	17,98%	194,09%
Provisão para imposto de renda	(18.154)	(11.488)	-1,58%	63,28%
Provisão para contribuição social	(6.882)	(4.458)	-0,61%	64,78%
Imposto de renda e cont. social diferidos	6.259	6.255	0,86%	99,94%
Imposto de renda e cont. social ativo fiscal diferido	(6.975)	(46.265)	-6,36%	663,30%
Total [Impostos sobre o lucro]	(25.752)	(55.956)	-7,70%	217,29%
Lucro Antes das Participações	41.584	74.734	10,28%	179,72%
Participações em Resultados	0	0	0,00%	
Lucro Líquido do Exercício	41.584	74.734	10,28%	179,72%
Quantidade de Ações	715.094	715.094	0	
Lucro por ações	0,05815	0,10451	0	

Fonte: GCT

Receita:

A Receita Operacional Líquida da CASAN aumentou 12,84%, passando de R\$ 659,9 milhões em 2013 para R\$ 744,6 milhões em 2014. A Receita Bruta aumentou 12,81%, passando de R\$ 727,0 milhões em 2013 para R\$ 820,1 milhões em 2014.

A Receita Bruta com tarifas de água em 2013 aumentou 12,72%, passando de R\$ 592,3 milhões em 2013 para R\$ 667,6 milhões em 2014.

A Receita Bruta com tarifas de esgoto em 2014 aumentou 11,97%, passando de R\$ 119,9 milhões em 2013 para R\$ 134,8 milhões em 2014. O incremento observado ocorreu em função do crescimento no número de ligações de esgoto no período, e do crescimento do consumo por ligação.

As outras receitas com serviços de água e esgoto aumentaram em 2014, passando de R\$ 14,7 milhões para R\$ 18,2 milhões.

Custo dos Serviços Prestados:

O Custo dos Serviços Prestados pela CASAN em 2014 foi R\$ 32,7 milhões superior ao ano anterior, passando de R\$ 250,2 milhões para R\$ 282,9 milhões. Como percentual da Receita Bruta, o Custo dos Serviços Prestados passou de 34,4% em 2013, para 34,5% em 2014, ou seja, manteve-se estabilizado.

Lucro Bruto:

Como resultado dos fatores comentados acima, o Lucro Bruto em 2014 aumentou em R\$ 51,9 milhões, passando de R\$ 409,7 para R\$ 461,7 milhões, apresentando um acréscimo de 12,69%. Como percentual da Receita Bruta, o Lucro Bruto passou de 56,4% em 2013 para 56,3% em 2014.

Despesas com Vendas:

As Despesas Operacionais com Vendas apresentaram aumento de 17,82%, passando de R\$ 55,8 milhões em 2013 para R\$ 65,7 milhões em 2014. Como percentual da Receita Bruta, as Despesas com Vendas aumentaram de 7,67% em 2013, para 8,00% em 2014. O aumento em Despesas com Vendas decorreu principalmente do crescimento nas Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa.

Despesas Gerais e Administrativas:

As Despesas Gerais e Administrativas registraram um acréscimo de 16,21%, passando de R\$ 247,3 milhões em 2013 para R\$ 287,4 milhões em 2014. Como percentual da Receita Bruta, as Despesas Gerais e Administrativas passaram de 34,03% em 2013, para 35,05% em 2014.

Outras Receitas e Despesas Operacionais:

Em 2014, o saldo líquido das Outras Receitas e Despesas Operacionais foi de R\$ 98,4 milhões de receita líquida, ante R\$ 0,4 milhões apuradas em 2013.

As Outras Receitas Operacionais passaram de R\$ 11,2 milhões em 2013 para R\$ 110,0 milhões em 2014, ou 975,88% de acréscimo no período.

Com referência as Outras Despesas Operacionais, o montante de R\$ 11,6 milhões em 2014 é superior em 7,51% se comparado aos R\$ 10,8 milhões de 2013.

Resultado Financeiro:

O Resultado Financeiro compreende principalmente os juros de endividamento e as perdas (ou ganhos) cambiais e monetárias referentes às dívidas da Companhia, parcialmente compensados por receitas com valores mobiliários (juros), descontos, multas e acréscimos auferidos, sobretudo em razão de acordos firmados referentes a contas a pagar e a receber.

A Despesa Financeira Líquida passou de R\$ 35,9 milhões em 2013 para R\$ 68,1 milhões em 2014, apresentando um incremento de 89,54%.

As Despesas Financeiras passaram de R\$ 46,5 milhões em 2013 para R\$ 87,0 milhões em 2014, ou 86,91% de acréscimo.

As Receitas Financeiras fecharam 2014 em R\$ 18,8 milhões, apresentando um acréscimo de 77,98% ante os R\$ 10,6 milhões de 2013.

Lucro Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social:

O resultado antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social foi representado em 2014, por um Lucro de R\$ 130,6 milhões, valor 94,09% maior que o Lucro de R\$ 67,3 milhões apurado em 2013.

Imposto de Renda e Contribuição Social:

A provisão para o Imposto de Renda apurado no exercício passou de R\$ 18,1 milhões em 2013 para R\$ 11,4 milhões em 2014, apresentando uma redução de 36,72%.

O mesmo ocorreu com a Contribuição Social, que passou de R\$ 6,8 milhões em 2013 para R\$ 4,4 milhões, uma redução de 35,22%.

Lucro Líquido:

Como resultado dos fatores descritos acima, o Lucro Líquido de R\$ 74,4 milhões apurado em 2014 foi 79,72% maior que o Lucro Líquido de R\$ 41,5 milhões apurado em 2013. Como percentual da Receita Bruta, o resultado verificado em 2014 corresponde a 9,11%.

Os diretores devem comentar:

a) resultados das operações do emissor, em especial:

- i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita.**
- ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.**

A recomposição tarifária no exercício de 2014 foi da ordem de 7,15%, com vigência a partir do dia 01 de agosto de 2014.

A receita operacional líquida de R\$ 744,6 milhões em 2014, apresentou um acréscimo de 12,84% em relação ao ano de 2013.

Os custos dos serviços prestados tiveram um acréscimo de 13,09% em relação ao ano anterior, representado principalmente pelo aumento nas despesas com materiais e serviços prestados por terceiros.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Reajuste tarifário de 7,15% e um incremento de novas ligações que foram atendidas com abastecimento de água, e ligações que foram integradas a rede de coleta e tratamento de esgoto sanitário.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.

O impacto no resultado financeiro foi da ordem de 89,54%, passando de R\$ 35,9 milhões no ano de 2013, para R\$ 68,1 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional.

Não aplicável à Casan

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Não houve.

c) eventos ou operações não usuais.

Não houve.

Os diretores devem comentar:

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As informações contábeis são apresentadas em reais, moeda funcional e de apresentação, e todos os valores arredondados para milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma.

A Companhia está adotando os dispositivos da Lei nº 11.638/07, a qual modificou certas disposições da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações). Essa Lei estabeleceu diversas alterações sobre a elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, visando o alinhamento com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), e nessa direção, atribuiu à CVM o poder de emitir normas e procedimentos contábeis para as Companhias de capital aberto.

A Companhia está adotando também a Medida Provisória nº 449, convertida na Lei nº 11.941/09, que instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que trata dos ajustes tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei nº 11.638/07, além de introduzir algumas alterações à Lei nº 6.404/76.

A Lei nº 11.638/07 atualizou a legislação societária brasileira, possibilitando o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS).

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

As demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2014 foram auditadas pela empresa VGA & Valério Matos Auditores Independentes, que emitiu parecer sem ressalva.

OPINIÃO SEM RESSALVA

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

ÊNFASE

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia. Contudo, com o término de algumas concessões, conforme descrito na nota explicativa nº 1, alínea (i) e a promulgação da Lei nº 11.445/07, a Companhia está em processo de renegociação e adequação das concessões nos municípios onde opera os serviços de abastecimento de água e de coleta e disposição de esgotos sanitários. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes relativos à realização e classificação dos valores de ativos ou quanto aos valores e a classificação de passivos que seriam requeridos na impossibilidade da Companhia continuar operando.

Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Transações em moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real de acordo com as normas descritas no Pronunciamento Técnico CPC nº 02 - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, aprovado pela Deliberação CVM nº 534/08.

Transações em moeda estrangeira são contabilizadas pela taxa de câmbio do dia da transação. Ativos ou passivos denominados em moedas estrangeiras são convertidos utilizando-se a taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas nas demonstrações do resultado à medida que ocorrem.

Provisões para contingências

a) Contingências trabalhistas

As causas trabalhistas provisionadas dizem respeito ao pagamento de horas extras e outras questões salariais (agregações e despedidas sem justa causa), com risco de perda provável. Assim, com base em informações da Procuradoria Geral da CASAN, a Companhia estimou e provisionou o valor de R\$ 19,3 milhões em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 13,0 em 31 de dezembro de 2013) em face de eventuais perdas nesses processos.

b) Contingências cíveis

Tramita na esfera judicial de Santa Catarina, ação de processo civil referente a diferenças de juros e correção monetária, previstos em contratos, em face de atrasos nos pagamentos mensais das faturas de cobrança, relativas ao período de maio de 1994 a maio de 1997. Este processo ainda não possui sentença judicial, todavia, trata-se de pleito que encontra respaldo contratual e jurídico, daí a necessidade de provisão do valor de R\$ 25,9 milhões em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 25,7 em 31 de dezembro de 2013).

Contingências fiscais

Refere-se à ação de execução fiscal impetrada pelo município de Lages a título de cobrança de IPTU no montante de R\$ 0,1 milhão em 31 de dezembro de 2014.

Ativo Financeiro

Registram-se os valores residuais dos ativos imobilizados dos municípios que rescindiram o contrato de concessão com a CASAN.

Conforme comentado na nota 1, desde 2002 a Companhia se depara com término de alguns contratos de concessões de exploração dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e coleta e disposição de esgotos sanitários, sendo que quinze municípios já optaram pela municipalização, rompendo com a CASAN a exploração dos mesmos.

Até o presente momento a Companhia possui ações indenizatórias estimadas em R\$ 405,6 milhões, pelos investimentos realizados, contra esses municípios.

Destacamos que a ação contra o município de Balneário Camboriú foi favorável a CASAN e que aquela municipalidade optou pela indenização. Antes do encerramento do processo judicial, a CASAN e o Município de Balneário Camboriú entabularam termo de transação, que foi submetido à homologação judicial, não sendo homologado pelo Poder Judiciário, em que pese ter havido Lei Municipal autorizando a avença.

Não concordando com o teor da decisão exarada, tanto o Município de Balneário Camboriú como a CASAN interpuseram recurso de apelação, que aguarda julgamento pelo Egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina, sem data prevista.

Pautada em seus contratos de Gestão Associada com os referidos municípios e na Lei nº 11.445/07, que prevêem a indenização de eventuais créditos remanescentes de investimentos ainda não amortizados ou depreciados, a Companhia reclassificou o saldo residual dos investimentos efetuados, antes contabilizados no ativo imobilizado, para o ativo não circulante, na rubrica “Ativo Financeiro”.

Plano previdenciário/Benefícios a empregados

a) Benefícios previdenciários

Plano CASANPREV

Administrado pela Fundação Casan de Previdência Complementar – CASANPREV, o Plano CASANPREV está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, na qual a fase de acumulação se dá nas modalidades de Contribuição Definida e Benefício Definido, e o período de recebimento dos benefícios em uma estrutura de Benefício Definido. O plano é oferecido aos funcionários da patrocinadora CASAN, e foi aprovado em 6 de agosto de 2008.

Ativos do plano

As políticas e estratégias de investimento do plano têm como objetivo reduzir o risco por meio da diversificação, considerando fatores tais como as necessidades de liquidez e o status financiado das obrigações do plano, tipos e disponibilidade dos instrumentos financeiros no mercado local, condições e previsões econômicas gerais, assim como exigências estipuladas pela lei local de aposentadorias. A alocação dos ativos do plano e as estratégias de gerenciamento dos ativos externos são determinadas com o apoio de relatórios e análises preparados pela CASANPREV

A taxa de rendimento esperada de longo prazo dos ativos do plano foi determinada com base no rendimento médio ponderado estimado dos ativos do plano, o que inclui títulos de renda fixa, ações, imóveis e empréstimos. Essa taxa projetada de longo prazo inclui a taxa projetada de inflação de longo prazo e leva em consideração fatores como as curvas projetadas de taxa de juros futura e as projeções econômicas disponíveis no mercado.

Em 03 de abril de 2007 a Companhia contratou a empresa DATA-A com objetivo de efetuar o levantamento atuarial junto aos empregados, promovendo as proposições para formulação dos regulamentos dos planos de benefício, visando seu registro junto a Secretaria de Previdência Complementar.

Em 13 de novembro de 2007, o Conselho de Administração aprovou a estruturação financeira do plano de previdência privada a ser gerenciado pela CASANPREV e para Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, para promoção dos devidos registros.

No dia 19 de março de 2008, o Departamento de Análise Técnica da Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência, aprovou o Estatuto e autorizou o funcionamento da Fundação CASAN de Previdência Complementar – CASANPREV, como Entidade Fechada de Previdência Complementar (publicado no Diário Oficial da União – seção 1, do dia 20 de março de 2008).

Ficou estabelecido o prazo de 180 dias para o início efetivo das atividades, contatos a partir da data de publicação desta Portaria, sob pena de cancelamento da autorização concedida.

A Diretoria Colegiada da CASAN reunida na data de 31 de março de 2008, com base na decisão do Conselho de Administração da Companhia, considerando a autorização da Secretaria de Previdência Complementar – SPC do MPS de forma a efetivar o funcionamento da Entidade, aprovou a constituição, bem como, indicou nessa oportunidade os representantes dos Conselhos de Administração e Fiscal, bem como a Diretoria Executiva da CASANPREV.

b) Participação nos lucros e resultados

Não haverá pagamento a título de participação dos empregados da Companhia.

Receita diferida

O montante de R\$18,6 milhões em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 17,9 milhões em 31 de dezembro de 2013) refere-se a recursos previstos no Orçamento Geral da União (OGU), destinados a CASAN para o desenvolvimento de obras previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A realização de tais valores se dará a partir do momento da entrada em operação das referidas obras, tendo como base de realização, a amortização dos investimentos efetuados e como contrapartida o resultado do exercício.

Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a) grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

Os controles internos da CASAN abrangem os procedimentos que asseguram a precisão dos seus registros contábeis; a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas vigentes; e a devida autorização das transações relacionadas com aquisições, uso e disposição dos bens da Companhia.

Os diretores consideraram plenamente satisfatórios o grau de eficiência dos controles internos, com base na avaliação realizada e, desta forma, concluiu-se que os principais riscos que poderiam afetar as demonstrações financeiras foram devidamente atenuados.

b) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

O trabalho da auditoria independente realizado na CASAN limita-se a expressar opinião sobre as demonstrações contábeis emitidas pela Companhia.

Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

- a) como os recursos resultantes da oferta foram utilizados***
- b) se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição.***
- c) caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios***

A Casan não realizou nenhuma Oferta Publica de valores mobiliários, portanto não se aplicam os itens acima.

Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:***
 - i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.***
 - ii) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.***
 - iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.***
 - iv) contratos de construção não terminada.***
 - v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos.***

Todas as operações foram apresentadas nas Demonstrações Financeiras.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

- a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.***
- b) natureza e o propósito da operação.***
- c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.***

Não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo:

- i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.**
- ii) fontes de financiamento dos investimentos.**
- iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.**

Investimentos

O Plano de Investimentos da Companhia têm os seguintes compromissos com os municípios atendidos:

- Continuar a tratar e distribuir água atendendo à demanda conforme o crescimento populacional de cada localidade.
- Reduzir as perdas de água.
- Continuar a implantar sistemas de coleta de esgoto, expandindo a quantidade de residências conectadas aos sistemas da Casan.
- Aumentar o tratamento do esgoto coletado.

Objetivando atender as demandas de seus clientes e expectativas dos acionistas, mantendo sua política de investimentos, a CASAN investiu R\$ 181,5 milhões em 2014. O quadro a seguir mostra a evolução dos investimentos no período de 2006 a 2014, totalizando R\$ 893,9 milhões.

Evolução dos Investimentos – 2006/2014 - (R\$ 1.000)

10.10a - Evolução dos Investimentos

Distribuição dos Dividendos	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total no Período	%
Água	29.538,00	7.274,00	29.185,00	13.991,00	16.483,00	168.594,00	45.908,00	29.253,00	55.282,00	395.508,00	44,24%
Esgoto	45.892,00	42.855,00	51.595,00	103.802,00	64.202,00	(97.518,00)	55.320,00	64.729,00	101.238,00	432.115,00	48,34%
Outros	1.360,00	7.612,00	1.489,00	1.851,00	2.579,00	2.297,00	3.441,00	20.673,00	25.045,00	66.347,00	7,42%
Total	76.790,00	57.741,00	82.269,00	119.644,00	83.264,00	73.373,00	104.669,00	114.655,00	181.565,00	893.970,00	100,00%

Fonte: GCT

O Plano Plurianual (PPA) 2012-2015 prevê aproximadamente R\$ 5 bilhões em investimentos em todo o Estado. Desse montante, R\$ 4 bilhões está destinado à área de esgoto, R\$ 626 milhões à água e R\$ 487 milhões para projetos complementares. Importante registrar que a captação de recursos junto à União, a fundo perdido, ou junto aos agentes financeiros como BNDES, CEF, JICA, e AFD exige da CASAN a oferta de contrapartida, decorrendo daí a necessidade de disponibilizar recursos próprios oriundos da sua Receita Operacional.

PROGRAMA PLURIANUAL 2012-2015

O Projeto Plurianual de Investimentos tem como objetivo estabelecer as metas e valores referenciais a serem investidos nos setores de abastecimento de água, esgotamento sanitário,

programas ambientais, ativo imobilizado e desenvolvimento institucional, de maneira a cumprir os compromissos de atendimento à população dos municípios conveniados com a CASAN.

Os recursos necessários à concretização do Programa de Investimentos estarão baseados em parcela de recursos próprios da Companhia, recursos previstos nos orçamentos estaduais e federais, e recursos de: organismos financeiros nacionais (Caixa Econômica Federal, BNDES, entre outros) e organismos financeiros multilaterais (AFD – Agência Francesa de Desenvolvimento, JICA, IFC entre outros), em parcerias com a iniciativa privada.

Na tabela a seguir estão demonstrados os investimentos por setor:

AÇÃO	2012	2013	2014	2015	TOTAL
OBRAS DE ÁGUA	153.055.177,00	121.019.504,00	128.749.903,00	192.715.863,00	595.540.447,00
OBRAS DE ESGOTO	242.853.478,00	226.949.417,00	412.844.256,00	469.630.001,00	1.352.277.152,00
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL OPERACIONAL	64.206.328,00	69.123.107,00	67.162.287,00	57.213.236,00	257.704.958,00
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL EMPRESARIAL	12.532.173,00	24.628.222,00	1.730.731,00	18.406.164,00	57.297.290,00
PROGRAMAS AMBIENTAIS	2.273.345,00	2.749.462,00	3.259.282,00	3.582.589,00	11.864.678,00
ESTUDOS E PROJETOS DE ÁGUA	11.850.000,00	6.371.049,00	7.266.166,00	4.612.860,00	30.100.075,00
ESTUDOS E PROJETOS DE ESGOTO	15.289.309,00	9.179.638,00	9.653.456,00	4.024.243,00	38.146.646,00
ATIVO	42.707.186,00	46.277.055,00	40.975.972,00	31.120.959,00	161.081.172,00
Total	544.766.996,00	506.297.454,00	671.642.053,00	781.305.915,00	2.504.012.418,00

Fonte: GCF/DIGOR

Nota: O Programa de Investimentos Plano Plurianual PPA- 2012/2015 foi aprovado por meio da Lei nº 15.722, de 22 de dezembro de 2011, publicado no Diário Oficial SC 19.241-A, de 31 de dezembro de 2011.

Os principais benefícios advindos da melhoria da cobertura em abastecimento de água e esgoto sanitário, serão:

- Redução com gastos em saúde por parte da população e municípios;
- Melhoria dos índices de qualidade de vida, mortalidade infantil e de desenvolvimento social;
- Melhoria da qualidade ambiental dos rios, lagos e mares;
- Melhoria da balneabilidade das praias do litoral catarinense com o consequente retorno econômico pela manutenção e aumento do fluxo de turistas;
- Crescimento das oportunidades de emprego com o desenvolvimento do turismo e da atratividade econômica dos municípios;
- Perspectiva da sustentabilidade socioambiental.

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA

Apesar de não ser um documento legalmente exigido, a CASAN utiliza-se do Orçamento como um eficaz instrumento gerencial. A Proposta Orçamentária de um exercício financeiro é elaborada ao final do exercício anterior pela Diretoria Financeira e de Relações com os Investidores e encaminhada para a Diretoria Executiva da Companhia para análise e aprovação.

A Execução Orçamentária é acompanhada pela Divisão de Gestão Orçamentária. Esse acompanhamento é efetuado mediante o recebimento das informações originadas nas áreas responsáveis pelos recebimentos e desembolsos da Companhia, as quais, por métodos comparativos, são registradas de forma a deduzir dos valores anteriormente registrados os montantes previstos e executados.

Os saldos orçamentários destacam:

- a) os montantes dos ingressos realizados e a realizar;
- b) os montantes dos desembolsos efetuados e a efetuar, comparativamente às previsões da Proposta Orçamentária aprovada.
- c) os montantes dos ingressos realizados e a realizar;
- d) os montantes dos desembolsos efetuados e a efetuar, comparativamente às previsões da Proposta Orçamentária aprovada

Estudos Alternativos de Abastecimento de Água

A CASAN está buscando alternativas para garantir o abastecimento de água em diversas regiões do estado, com soluções definitivas através de Sistemas Integrados. Os estudos estão sendo contratados com recursos próprios, destacando-se:

- Região de Chapecó: Estudo concluído com custo de R\$ 219 mil. Foi identificada a melhor alternativa de captação no Rio Chapecozinho, com custo de implantação estimado em R\$110 milhões, com implantação de um Sistema Integrado para os municípios de Chapecó, Xanxerê, Xaxim e Cordilheira Alta. O relatório final foi enviado ao Ministério da Integração e aprovado previamente para inclusão no PAC-2, no valor de R\$ 100 milhões. A formalização do convênio está na dependência da entrega do projeto básico e executivo pela CASAN;
- Região Norte: Abrangendo os municípios de Araquari, Balneário Barra do Sul, São Francisco do Sul e região sul de Joinville. Estudo concluído em fevereiro de 2011, com custo de R\$ 252 mil. Aguardando contratação do projeto básico e executivo para buscar recursos junto ao Governo Federal. Custo estimado de implantação é de R\$ 94 milhões;
- Região Norte de Florianópolis e Vale do Itajaí: Abrangendo os municípios de Biguaçu, Governador Celso Ramos, Itapema, Porto Belo, Bombinhas e área norte de Florianópolis. Foi firmado o contrato no valor de R\$ 263 mil e emitida a Ordem de Fornecimento nº 15416 em 22/02/2011. Em andamento.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não aplicável.

c) novos produtos e serviços, indicando:

- i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas.**
- ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.**
- iii) projetos em desenvolvimento já divulgados.**
- iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.**

Aproveitamento do potencial hidrelétrico – CGHs

A Companhia Catarinense de Saneamento é um dos principais consumidores catarinenses de energia elétrica. Seu consumo médio mensal é de aproximadamente 15.200.000 kWh por mês. Este consumo está distribuído em mais de 200 municípios, prejudicando a sua caracterização como “grande consumidor”, nos moldes da ANEEL, dificultando a compra da energia em leilões de compra direta do gerador ou do distribuidor.

O preço pago pela Casan à Celesc e Cooperativas de distribuição é em média de R\$ 0,37 por kWh (R\$ 370,00 por MWh).

O modelo operacional proposto e assimilado pela Lei Estadual 381/07 é de auto produtor de energia, onde os excedentes são vendidos nas redes existentes ou interligados, próximos as unidades geradoras, no processo conhecido como geração distribuída.

A energia hídrica contida nos mananciais de captação que lhe são outorgados tende a ser a porta de entrada definitiva da empresa na área de produção de energia.

Esses projetos, a serem desenvolvidos à longo prazo, serão baseados em estudos de potencial hídrico já realizados.

Inicialmente a empresa deflagrou o estudo e o projeto de engenharia dos mananciais de abastecimento de Florianópolis e de Criciúma. O primeiro foi contratado diretamente pela Casan e resultou em CGH de 0,9 MW e investimentos necessários da ordem de R\$ 4.600.000,00.

O custo de elaboração do projeto foi de R\$155.130,00 junto à empresa ESTELAR Engenheiros Associados. O estudo da barragem São Bento, no sul do estado, foi patrocinado pela CELESC- Centrais Elétricas de Santa Catarina, resultando em uma capacidade de produção de 0,9 MW com investimentos de R\$ 4.200.000,00.

Resíduos sólidos e biogás

O modelo gerencial para redução dos custos com energia elétrica e aumento de receitas, proposto com base na legislação que lhe deu atribuições na área de novos negócios (Lei Complementar Estadual 381/07) é também de se estabelecer como auto gerador de energia, com possibilidades de venda do excedente produzido e não consumido.

Para gerar o equivalente ao seu consumo a empresa necessitaria de 21,0 MW.

A empresa pode lançar mão de dois tipos de insumos para esta geração: a energia hídrica contida nos mananciais de captação que lhe são outorgados e a energia térmica contida nos resíduos sólidos urbanos, principalmente os domésticos e comerciais, e agregados complementarmente por lodos das estações de tratamento de esgoto e também dos seus gases (biogás de ETEs).

Em se tratando de resíduos sólidos, a Casan, como interveniente do Estado, possuindo convênio de Gestão Associada para saneamento básico com os municípios, pode vir a agregar serviços na operação dos resíduos dos mesmos.

Nesta direção a empresa firmou protocolo de intenções com o município de Florianópolis para a condução de estudos e projeto de aproveitamento dos resíduos

Inicialmente busca-se a geração térmica, através da reciclagem térmica de resíduos sólidos, para gerar a energia elétrica necessária, sendo que o potencial nominal de geração do lixo de Florianópolis é de 9 (nove) MW.

Para que todo este processo ocorresse foi necessária a contratação de empresa de engenharia e consultoria Usina Verde, do Rio de Janeiro – RJ, para estudos de viabilidade e elaboração de projeto básico de engenharia, com investimento inicial de R\$ 300.000,00.

Além disso, à longo prazo, a Casan possui propostas para aproveitamento do biogás das ETEs.

Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados nos demais itens desta seção.

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

13.1 Política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a)- Objetivos da política ou prática de remuneração:

A política de remuneração dos conselheiros e diretores da CASAN é baseada no desempenho, competitividade de mercado, ou outros atributos afetos à atividade da empresa, sendo sujeita à aprovação pelos acionistas em Assembléia Geral Ordinária.

b) composição da remuneração:

i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles.

1) Honorários: remuneração pelo exercício dos cargos de Diretores e membros do Conselho (Conselho de Administração, Fiscal, e Diretoria).

Os objetivos são reconhecer e refletir o valor do cargo internamente (empresa) e externamente (mercado de trabalho) em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração.

2) Representação: Gratificação adicional concedida ao Diretor Presidente em decorrência das responsabilidades inerentes ao exercício do cargo máximo de representação da Companhia.

3) Benefícios: Tem por objetivo estender similarmente aos Diretores Estatutários os benefícios concedidos aos empregados: Férias; Gratificação de Férias; 13º Salário; Auxílio Correção Estética por Acidente de Trabalho; Complementação de Diárias Hospitalares por Acidente de Trabalho; Vale Alimentação/Refeição e Assistência Médica e Odontológica.

4) Participação nos Resultados: Participação dos administradores nos resultados positivos apurados nas demonstrações financeiras de cada exercício social, conforme estabelecido no Estatuto Social e Lei das Sociedades Anônimas, limitado o seu valor à remuneração anual dos administradores ou 0,1 (um décimo) dos lucros, prevalecendo o que for menor.

13.1 - ii - Proporção de cada Elemento na Remuneração Total

Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária		Conselho Fiscal
		Presidente	Diretores	
1) Honorários	100%	12,68%	79,90%	100%
2) Outros - Representação	0%	2,54%	0%	0%
3) Benefícios Diretos e Indiretos	0%	0,72%	3,99%	0%
Total	100%	100%		100%

Fonte: GRH

iii) metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração.

O valor global da remuneração dos administradores da sociedade é estabelecido na Assembléia dos Acionistas onde é fixado o valor máximo projetado para cada exercício, excetuando-se a participação nos lucros. Nesta Assembléia também é fixada a remuneração individual dos Diretores Executivos e dos Conselheiros de Administração e Fiscal que equivale a 20% (vinte por cento) da remuneração dos Diretores Executivos. O Diretor Presidente recebe além da remuneração fixa, mais 20% sob a aludida, a título de verba de representação.

iv) razões que justificam a composição da remuneração:

O incentivo ao bom desempenho pessoal e a adoção de adequada política motivacional é justificado pela valorização profissional dos diretores, que se traduz em fortalecimento da governança corporativa da Companhia em sintonia com as diretrizes do Governo do Estado.

A atuação dos conselheiros de administração pressupõe mobilização permanente para acompanhar as atividades da Companhia e deliberar sobre as políticas macro.

c) Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração:

A Companhia não utiliza indicadores específicos para determinar ou valorar qualquer item da remuneração. Leva em consideração a responsabilidade, a competência e reputação profissional dos administradores, bem como o tempo dedicado ao exercício de suas funções e o valor praticado no mercado.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho:

Não há utilização de indicadores específicos, conforme alínea acima.

e) Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo:

A política de remuneração se alinha aos interesses da Companhia na medida em que propicia o recrutamento e a manutenção de profissionais externos ao respectivo quadro de pessoal, dotados de competência, experiência, motivação, necessários ao exercício da função diretiva.

f) Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos:

Não há.

g) Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor:

Não há remuneração ou benefício vinculado a essa condição.

13.2 Tabela da remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

Ano Base: 2011				
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Totais
Número de membros	6,75	7,67	4,58	19
Remuneração Fixa Anual	212.990,56	1.220.363,48	145.626,40	1.578.980,44
- Salário ou pró-labore.	212.990,56	1.083.180,63	145.626,40	1.441.797,59
- Benefícios diretos e indiretos.	0,00	137.182,85	0,00	137.182,85
- Remuneração por participação comitês.	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros.				
Remuneração variável Anual	0,00	0,00	0,00	0,00
- Bônus.	0,00	0,00	0,00	0,00
- Participação nos resultados.				0,00
- Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
- Comissões.	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros.	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios pós-emprego.	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00			
Remuneração baseada em ações.	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Mensal da remuneração	17.749,21	90.265,05	12.135,53	120.149,80
Total da remuneração	212.990,56	1.220.363,48	145.626,40	1.578.980,44

Ano Base: 2012				
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Totais
Número de membros	7	7	5	19
Remuneração Fixa Anual	234.045,84	1.307.411,21	167.175,60	1.708.632,65
- <i>Salário ou pró-labore.</i>	234.045,84	1.170.228,36	167.175,60	1.571.449,80
- <i>Benefícios diretos e indiretos.</i>	0,00	137.182,85	0,00	137.182,85
- <i>Remuneração por participação comitês.</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
- <i>Outros.</i>				
Remuneração variável Anual	0,00	0,00	0,00	0,00
- <i>Bônus.</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
- <i>Participação nos resultados.</i>				0,00
- <i>Remuneração por participação em reuniões</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
- <i>Comissões.</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
- <i>Outros.</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios pós-emprego.	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00			
Remuneração baseada em ações.	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Mensal da remuneração	19.503,82	97.519,03	13.931,30	130.954,15
Total da remuneração	234.045,84	1.307.411,21	167.175,60	1.708.632,65

Ano Base: 2013				
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Totais
Número de membros	6,92	7	5	18,92
Remuneração Fixa Anual	250.723,26	1.536.669,40	181.569,44	1.968.962,10
- Salário ou pró-labore.	250.723,26	1.270.304,28	181.569,44	1.702.596,98
- Benefícios diretos e indiretos.	0,00	266.365,12	0,00	266.365,12
- Remuneração por participação comitês.	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros.				
Remuneração variável Anual	0,00	0,00	0,00	0,00
- Bônus.	0,00	0,00	0,00	0,00
- Participação nos resultados.				0,00
- Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
- Comissões.	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros.	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios pós-emprego.	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00			
Remuneração baseada em ações.	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Mensal da remuneração	20.893,61	105.858,69	15.130,79	141.883,08
Total da remuneração	250.723,26	1.536.669,40	181.569,44	1.968.962,10

Ano Base: 2014				
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Totais
Número de membros	8	7	5	20
Remuneração Fixa Anual	317.843,52	1.697.429,27	198.652,20	2.213.924,99
- Salário ou pró-labore.	317.843,52	1.390.564,56	198.652,20	1.907.060,28
- Benefícios diretos e indiretos.	0,00	267.134,27	0,00	267.134,27
- Remuneração por participação comitês.	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros - Representação		39.730,44		
Remuneração variável Anual	0,00	0,00	0,00	0,00
- Bônus.	0,00	0,00	0,00	0,00
- Participação nos resultados.				0,00
- Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
- Comissões.	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros.	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios pós-emprego.	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00			
Remuneração baseada em ações.	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Mensal da remuneração	26.486,96	115.880,38	16.554,35	158.921,69
Total da remuneração	317.843,52	1.697.429,27	198.652,20	2.213.924,99

Fonte: GRH

Projeção: 2015				
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Totais
Número de membros	8	7	5	20
Remuneração Fixa Anual	346.452,48	1.842.860,01	216.532,80	2.405.845,29
- Salário ou pró-labore.	346.452,48	1.515.730,44	216.532,80	2.078.715,72
- Benefícios diretos e indiretos.	0,00	283.823,01	0,00	283.823,01
- Remuneração por participação comitês.	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros - Representação		43.306,56		
Remuneração variável Anual	0,00	0,00	0,00	0,00
- Bônus.	0,00	0,00	0,00	0,00
- Participação nos resultados.				0,00
- Remuneração por participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
- Comissões.	0,00	0,00	0,00	0,00
- Outros.	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios pós-emprego.	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo.	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00			
Remuneração baseada em ações.	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor Mensal da remuneração	28.871,04	126.310,87	18.044,40	173.226,31
Total da remuneração	346.452,48	1.842.860,01	216.532,80	2.405.845,29

Fonte: GRH

13.10 Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários fornecer em forma de tabela:

As condições em relação ao Plano de Previdência são as expostas no quadro abaixo, porem, somente um membro do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária faz parte do Casanprev.

Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Órgão	Não há conferência de planos específicos para Conselheiros de Administração e Diretores, sendo-lhes facultada a adesão ao plano conferido para os demais servidores.	Não há conferência de planos específicos para Conselheiros de Administração e Diretores, sendo-lhes facultada a adesão ao plano conferido para os demais servidores.
Número de membros	1	1
Nome do Plano	Casanprev	Casanprev
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar.	0	0
Condições para se aposentar antecipadamente	Não Há	Não Há
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	Não divulgável por se tratar de valor de titularidade individual	Não divulgável por se tratar de valor de titularidade individual
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	Não divulgável por se tratar de valor de titularidade individual	Não divulgável por se tratar de valor de titularidade individual
Possibilidade de resgate antecipado e condições	Não há possibilidade de resgate antecipado das contribuições da mantenedora, apenas daquelas arcadas pelo beneficiário, em caso de desligamento da Companhia.	Não há possibilidade de resgate antecipado das contribuições da mantenedora, apenas daquelas arcadas pelo beneficiário, em caso de desligamento da Companhia.

Nos 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

Ano Base: 2012			
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de Membros	7	7	5,25
Valor da maior remuneração Individual	R\$ 2.920,00	R\$ 14.599,99	R\$ 2.920,00
Valor da menor remuneração Individual	R\$ 2.786,26	R\$ 13.931,29	R\$ 2.786,26
Valor médio remuneração Individual	R\$ 35.040,00	R\$ 186.773,03	R\$ 31.842,97

Ano Base: 2013			
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de Membros	6,92	7	5
Valor da maior remuneração Individual	R\$ 3.129,07	R\$ 15.645,35	R\$ 3.129,07
Valor da menor remuneração Individual	R\$ 2.920,00	R\$ 14.599,99	R\$ 2.920,00
Valor médio remuneração Individual	R\$ 36.231,68	R\$ 219.524,20	R\$ 36.313,89

Fonte: GRH

Ano Base: 2014			
Descrição	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de Membros	8	7	5
Valor da maior remuneração Individual	R\$ 3.310,87	R\$ 16.554,34	R\$ 3.310,87
Valor da menor remuneração Individual	R\$ 3.310,87	R\$ 16.554,34	R\$ 3.310,87
Valor médio remuneração Individual	R\$ 39.730,44	R\$ 242.489,90	R\$ 39.730,44

Fonte: GRH

Composição e Experiência Profissional

DIRETORIA								
Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo	Eleição	Posse	Mandato	eleito pelo controlador
Valter José Gallina	60	Eng. Civil	341.840.409-00	Dir. Presidente	12/01/2015	12/01/2015	11/01/2017	sim
Laudelino de Bastos e Silva	53	Contador	415.217.739-04	Dir. Financeiro. e de relações com os In	12/01/2015	21/01/2015	11/01/2017	Sim
Antônio Varella do Nascimento	68	Eletrotécnico	065.698.119-91	Dir. Comercial	12/01/2015	12/01/2015	11/01/2017	sim
Adelcor Francisco Vieira	68	Matemático	113.658.709-87	Dir. de Expansão	12/01/2015	12/01/2015	11/01/2017	sim
Osny Souza Filho	57	Eng. Mecânico	305.839.939-15	Dir. Planej. e de Relaç. c/o poder conced	12/01/2015	12/01/2015	11/01/2017	Sim
Arnaldo Venício de Souza	66	Economista	029.394.109-25	Dir. Administrativo	12/01/2015	12/01/2015	11/01/2017	sim
Paulo Roberto Meller	54	Eng. Civil	376.343.309-66	Diretoria de Operação e Meio Ambiente	12/01/2015	12/01/2015	11/01/2017	sim

Fonte: Dirin

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo	Eleição	Posse	Mandato	eleito pelo controlador
VALTER JOSÉ GALLINA	60	Eng. Civil	341.840.409-00	membro efetivo	22/01/2015	25/02/2015	24/02/2017	sim
JUCÉLIO PALADINI	55	Economista	376.014.409-82	membro efetivo	22/01/2015	25/02/2015	24/02/2017	não
PEDRO BITTENCOURT NETO	59	Advogado	224.528.699-53	membro efetivo	22/01/2015	25/02/2015	24/02/2017	sim
NERY ANTONIO NADER	74	Tec contabil	104.967.009-44	membro efetivo	22/01/2015	25/02/2015	24/02/2017	sim
ROBERTO SCHULZ	57	Advogado	352.294.629-49	membro efetivo	22/01/2015	25/02/2015	24/02/2017	sim
RENATO LUIZ HINNING	60	Administrador	179.609.329-72	membro efetivo	22/01/2015	25/02/2015	24/02/2017	sim
JOÃO EDUARDO DE NADAL	32	Advogado	008.931.639-88	membro efetivo	22/01/2015	25/02/2015	24/02/2017	sim
PATRICIA GUILIANI	31	Química	006.406.269-47	membro efetivo	22/01/2015	25/02/2015	24/02/2017	sim

Fonte: Dirin

CONSELHO FISCAL

Nome	Idade	Profissão	CPF	Cargo	Eleição	Posse	Mandato	eleito pelo controlador
ADEMIR VICENTE MACHADO	59	Administrador	217.190.989-72	Titular	30/04/2014	30/04/2014	30/04/2015	sim
LUCIO MALLMANN	41	Administrador	831.980.599-68	Titular	30/04/2014	30/04/2014	30/04/2015	sim
ROBERTO F. CARVALHO AGOSTINI	46	Advogado	571.997.529-20	Titular	30/04/2014	30/04/2014	30/04/2015	sim
ANTÔNIO CERON	68	Téc Contabil	021.394.809-53	Titular	30/04/2014	30/04/2014	30/04/2015	sim
AURÉLIO ASSIS DE BEM FILHO	57	Administrador	342.015.729-00	Titular	30/04/2014	30/04/2014	30/04/2015	sim
MICHEL MIGUEL	71	Economista	003.480.319-04	Suplente	30/04/2014	30/04/2014	30/04/2015	sim
ANTONIO CARLOS ZAPELINI	70	Economista	028.664.479-72	Suplente	30/04/2014	30/04/2014	30/04/2015	sim
ALVARO LUIZ BORTOLOTO PREIS	62	Economista	221.320.829-87	Suplente	30/04/2014	30/04/2014	30/04/2015	sim
CLARA INES GIRARDI BERNARDES	58	Administrador	313.433.099-72	Suplente	30/04/2014	30/04/2014	30/04/2015	sim

Fonte: Dirin

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Encerramento Exercício	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
31/12/2011	14,89%	74,47%	10,64%
31/12/2012	14,89%	74,47%	10,64%
31/12/2013	12,73%	78,05%	9,22%
31/12/2014	16,67%	72,92%	10,42%

Fonte GRH

14.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

a) número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica).

Descrição	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014
Nº Total de Empregados	2175	2238	2283	2500
Operacional	1381	1410	1450	1639
Apoio Técnico	530	554	559	580
Nível Superior	264	274	274	281
Nº Total de Empregados Por Localização Geográfica	2175	2238	2283	2500
Administração Central-Matriz	403	417	417	430
Região Metropolitana da Grande Fpolis	420	432	458	501
Região Sul/Serra	412	428	428	479
Região Norte e Vale do Itajaí	427	431	436	478
Região Oeste	513	530	544	612

Fonte: GRH

b) número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica).

A CASAN não firma contratos de fornecimento de mão de obra e sim contrata serviços terceirizados, principalmente nas áreas de Leitura/Entrega simultânea de Faturas, Corte e Religião de Água, Vigilância e Limpeza.

c) índice de rotatividade

Índice de Rotatividade				
2010	2011	2012	2013	2014
7,52	5,1	5,4	2,87	2,63

Fórmula aplicada: $\text{Demitidos} / ((\text{Quantitativo Anterior} + \text{Quantitativo Final do Ano}) / 2) * 100$

Fonte: GRH

d) exposição do emissor a passivos e contingências trabalhistas

A exposição para contingências trabalhistas, em 31 de dezembro de 2013, era de cerca de R\$ 13.042 milhões, considerando os processos classificados como perda provável.

O valor provisionado para contingências trabalhistas em 31 de dezembro de 2014 foi de 19.370 milhões.

14.1 - Exposição do Emissor a passivos e contingências trabalhistas		
		Milhões
Discriminação	2013	2014
Contingências Trabalhistas (*)	13.042	19.370
Provisionamento (**)	13.042	19.370
(*) Contingências: considera as perdas prováveis.		
(**) Provisionamento: considera perdas prováveis.		
Fonte: GCT		

14.2 Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 14.1 acima.

O incremento de pessoal em 2013 se deu em decorrência do aumento das demandas operacionais na empresa. Em novembro de 2013 foram autorizadas 270 admissões a serem efetivadas no ano de 2014.

14.3. Descrever as políticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a) política de salários e remuneração variável.

A CASAN possui o Plano de Cargos e Salários registrado na Superintendência Regional do Trabalho desde 1991, que prevê as formas de movimentação funcional, benefícios além de disciplinar as atribuições de cada cargo. Os reajustes salariais são definidos através de Acordo Coletivo de Trabalho com data base em maio.

b) política de benefícios.

A política de benefícios é concedida através do Plano de Cargos e Salários, Acordo Coletivo de Trabalho e Normas específicas e estendida a todos os empregados da empresa sendo os principais:

- Plano de saúde, por adesão individual;
- Assistência odontológica, por adesão individual
- Programa de Alimentação ao trabalhador – Vale Alimentação/Refeição
- Auxílio Creche
- Auxílio Educação – Auxiliar no pagamento de mensalidade para curso universitário e médio profissionalizante.
- Auxílio Funeral
- Auxílio e Licença ao empregado com filho portador de necessidades especiais
- CASANPREV – Plano de Previdência Complementar

Todos normatizados através de Acordo Coletivo de Trabalho, Plano de Cargos e Salários ou normas específicas.

c) Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

- i) Grupos de beneficiários.**
- ii) condições para exercício.**

iii) preços de exercício.

iv) prazos de exercício

v) quantidade de ações comprometidas pelo plano.

A CASAN não possui planos de remuneração baseados em ações.

a. Descrever as relações entre o emissor e sindicatos.

Os acordos coletivos são firmados com os seguintes sindicatos:

- **Sindecon/sc** – Sindicato dos Economistas no Estado de Santa Catarina;
- **Sincópolis** – Sindicato dos Contabilistas da Grande Florianópolis;
- **Saesc** – Sindicato dos Administradores do Estado de Santa Catarina;
- **Senge** – Sindicato dos Engenheiros no Estado de Santa Catarina;
- **Sintec** – Sindicato dos Técnicos Industriais;
- **Sindalex** - Sindicato dos Advogados no Estado de Santa Catarina.
- **Sinsesc** – Sindicato dos profissionais e Estudantes de Secretariado no Estado de SC. e,
- **Sintaema- sc** – Sindicato dos Trabalhadores em água, esgoto e Meio Ambiente de Santa Catarina.

A data base é no mês de maio e a vigência anual onde normalmente é concedida uma reposição salarial com base no INPC do período assim como, a renovação de benefícios, vantagens e a liberação de empregados dirigentes sindicais para atuarem nas sedes das entidades.

As relações sindicais ocorrem dentro da normalidade, o acesso as informações de performance, dados operacionais, financeiros, econômicos e administrativos da Empresa estão previstos no Acordo firmado anualmente.